COMUNICAÇÃO DIVIDIDA

Antes de começar, Conferência Nacional de Comunicação já sinaliza a tensa batalha pela democratização dos meios

POR RODRIGO RODRIGUES

Convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio de um decreto de 16 de Abril deste ano, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) tem sido, até aqui, palco de disputas políticas que ameaçam os resultados concretos do evento. Desde a primeira reunião da comissão organizadora do processo, empresários e movimentos sociais divergem de quase todos os pontos da organização: dos temas a serem debatidos às cotas de participação de cada segmento da sociedade. Na verdade, apesar de estar em sua primeira edição, a conferência trará à luz discussões antigas, que se repetem ciclicamente e dizem respeito, principalmente, ao atual modelo de concessões públicas de rádio e televisão.

A briga se acirrou de tal maneira que, durante todo o mês de agosto, o

Foto

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

que mais se falava pelos corredores de Brasília é que a Confecom terminaria antes mesmo de começar. Motivos não faltaram: os empresários, representados pela Associação Brasileira de Emissoras de Radio e Televisão (Abert) se mantinham irredutíveis e se recusavam a discutir temas caros à sociedade, como a revisão dos processos de concessões, a propriedade cruzada dos meios de comunicação e o controle social da mídia. Liderada pela Rede Globo, a intenção da Abert era debater apenas uma agenda de doze itens, que já tinha sido deliberada em uma pré-conferência de empresários realizada no Congresso Nacional, em setembro de 2007. O evento contou com a participação de deputados, senadores e membros do Ministério das Comunicações. "O Congresso é instância de representação da sociedade. É o espaço mais adequado e garantido na Constituição para discutir qualquer lei ou marco regulatório", diz Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais da Rede Globo.

Entre os temas discutidos nesse pré-evento estavam a defesa do conteúdo nacional na era digital e educação pelos meios digitais. Porém, a agenda dos empresários foi considerada insuficiente pelos movimentos de defesa da democratização da mídia, que não queriam abrir mão dos temas mais polêmicos aos empresários. O argumento das entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Coletivo Intervozes e o Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC) é o de que a sociedade não participou desse debate e que, por isso, a Confecom não poderia restringir o temário de discussões. "Todos sabem que as posições dos congressistas brasileiros divergem dos interesses da sociedade. Muitos deputados e senadores são donos de rádios e emissoras de televisão filiadas e afiliadas às grandes redes. Eles legislam em causa própria", afirma Bia Barbosa, representante do Coletivo Intervozes.

O vice-presidente de Relações Institucionais da Rede Globo classifica como "intransigente" a insistência da sociedade civil e do governo em discutir o controle social sob as empresas de mídia. "As demandas da sociedade são irreais em qualquer país que se aponte como modelo. Controle da mídia e da propriedade cruzada nos moldes como eles estão querendo é censura", disse Evandro Guimarães durante palestra na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

O racha entre os radiodifusores e as operadoras expõe o embate travado pelos empresários desde 2007

Racha inevitável

Segundo o jornalista Altamiro Borges, autor do livro *A ditadura da mídia* (editora Anita Garibaldi), a postura da Abert é antidemocrática e reflete a falta de diálogo popular que sempre pautou os critérios de concessões de rádio e televisão no Brasil. "Os empresários estão demonstrando na prática que não gostam de democracia e liberdade de expressão. Eles acham que representam a opinião pública, mas não é verdade. A Abert tenta impor um critério de participação que não representa a sociedade", rebate o jornalista.

Foto

Por causa do impasse, no dia 13 de agosto, seis das oito entidades empresarias que faziam parte da comissão de organização da Confecom decidiram deixar o órgão colegiado. Só permaneceram na comissão as emissoras associadas à Abra (Associação Brasileira de Radiodifusores), formada por RedeTV! e Grupo Bandeirantes, tradicionais adversários da Abert, e as empresas de telecomunicações associadas à Telebrasil.

O racha entre os radiodifusores e as operadoras de voz e internet expõe o embate travado pelos próprios empresários desde 2007, no Congresso Nacional. Enquanto as operadoras de telecomunicações reivindicam autorização do governo para produzir conteúdo, as emissoras de televisão abertas querem manter o caráter nacional das produções e, de quebra, também lutam para a liberação da rede de transmissão de TV via celulares para todas as empresas que já detêm concessões.

Como a maioria das operadoras de telefonia do Brasil tem alguma ligação com empresas estrangeiras, a Abert afirma que elas estão na ilegalidade. "Precisamos discutir claramente como fica a gestão e a propriedade dos vários segmentos da mídia frente aos grupos internacionais, que já estão praticando entretenimento e jornalismo nos portais de internet do Brasil. Se não houver limitação para a nova mídia de grupos estrangeiros, achamos que a Constituição Federal está automaticamente revogada", diz Evandro Guimarães, da Rede Globo.

Alguém tem que ceder

No meio dessa briga de foice, o governo tenta intermediar os conflitos para que não esvaziem a conferência, que acontecerá entre os dias 14 e 17 de dezembro, em Brasília. Para apaziguar os ânimos, pelo menos entre empresários e movimentos sociais, a comissão organizadora cedeu às exigências dos empresários e resolveu disponibilizar 40% das 1539 vagas de delegados da Confecom para os representantes do empresariado. Os movimentos sociais ficaram com outros 40% e o poder público com 20%,

Reprodução deste artigo é permitida para fins educacionais

Comissão cedeu 4096 das 1539 vagas para empresários, 4096 para movimentos sociais e 2096 para poder público

incluindo as esferas municipais, federais e estaduais.

O acordo também definiu que questões sensíveis, como marco regulatório da mídia e controle social, ou qualquer outra questão que as partes considerem como tal, terão que ter o mínimo de 60% de votos para aprovação. Os temas de discussões não foram limitados, mas traçaram-se três eixos centrais de debate, classificados como "Produção de Conteúdo", "Meios de Distribuição" e "Cidadania: Direitos e Deveres". A expressão "controle social", que tanto assustava os empresários, deu lugar à "participação social na comunicação".

O coordenador geral da Confecom, Marcelo Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações, afirma que esse embate é natural e que as negociações devem acontecer vislumbrando a realização efetiva da conferência. "O tema das comunicações nunca foi discutido no Brasil. Outros países como Estados Unidos já passaram por esse processo há mais de 50 anos. É natural que surja uma séria de discussões e questionamentos. Isso já é a conferência e ainda teremos uma série de debates e divergências, até o limite do processo", conclui Bechara.

Foto

Embate nos Estados

Apesar de a comissão ter assegurado os 40% de participação aos empresários, a Abert, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e as outras quatro entidades empresariais ainda não garantiram a participação oficial no processo dos Estados. Mesmo com os pedidos do Ministério das Comunicações, as associações preferiram delegar aos empresários individualmente a decisão. Entretanto, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murilo, acusa os empresários de tentarem sabotar as conferências regionais. Segundo ele, a Abert e a ANJ estão orientando empresários de pequenos veículos do interior do país a não participarem do evento. "Eles estão cooptando os pequenos empresários de forma escandalosa. As duas associações assumiram a antiga postura de sonegar o debate público dos temas que são importantes para a sociedade. Além de não participarem, eles tentam minar o processo de conferência de forma acintosa", denuncia Murilo.

Em pelo menos quatro Estados brasileiros essa influência dos empresários de comunicação se refletiu também na convocação das conferências regionais. Os governadores desses Estados se recusaram a fazer parte do debate e as etapas estaduais tiveram que ser convocadas pelas comissões organizadoras, em parceria com o poder legislativo.

Já no Estado de São Paulo, o governador José Serra se eximiu de participar das discussões e contribuir financeiramente com o evento. Embora tenha se comprometido no mês de julho com todos os participantes, o secretário de Comunicação do Estado de São Paulo, Bruno Caetano, ignorou o pedido das entidades civis públicas para que o governo convocasse os debates.

Para Bia Barbosa, do Coletivo Intervozes, a postura controversa do governo

Foto

paulista reflete possíveis pressões dos empresários, que não queriam que a conferência acontecesse. "O governador José Serra é amigo de muitos empresários da mídia de São Paulo. Além disso, ele não entende as conferências como processo legítimo de construção de políticas públicas. Outras conferências como a das mulheres, por exemplo, tiveram grandes dificuldades para serem convocadas no Estado e quase não aconteceram", alerta Barbosa. Os debates da Confecom em São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Roraima, acontecem com apoio das Assembléias Legislativas. Mas os recursos de hospedagem e passagem dos participantes serão garantidos pelas próprias entidades sociais que participam do processo.

Nos Estados do Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Santa Catarina, nem a Assembléia Legislativa quis se comprometer com os debates de democratização da mídia. As convocações nesses Estados foram feitas pela a própria Comissão Organizadora da I Confecom. "É o triste retrato da influência empresarial, que atua nos meios políticos e que tenta boicotar os debates", afirma Sérgio Murilo, da Fenaj. Ao que que tudo indica, não será nesse começo de 2010 que o setor de comunicação encontrará um termo comum.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

Fonte: Negócios da comunicação, São Paulo, ano 5, n. 35, p. 44-46, 2009.